

# ALFREDO CAVALCANTE

ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE SOBRAL – CE**

JUSTIÇA GRATUITA  
AÇÃO DE COBRANÇA  
COM PEDIDO DE LIMINAR

**FRANCISCO FERREIRA LIRA**, brasileiro, casado, aposentado, CPF nº 071.098.903-25, RG nº 2007058771-4, residente e domiciliado na Rua Abelardo Ferreira Gomes, 157, Paraíso das Flores, Sobral-CE, CEP: 62011-020, vem, mui respeitosamente, por meio de seu advogado **ÁLVARO ALFREDO CAVALCANTE NETO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE sob número 24.880, com escritório profissional na Rua Floriano Peixoto, 394, Centro, Sobral, Ceará, perante Vossa Excelência, ajuizar

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – SEGURO DPVAT**

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT SA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua da Assembleia, 100, 26º andar, CEP: 20011-904 – Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados.

## **DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer a parte promovente sejam lhe deferidos os benefícios da justiça gratuita por ser pessoa pobre e não poder arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

# ALFREDO CAVALCANTE

ADVOCACIA

## 1. DOS FATOS.

Conforme narra o boletim de ocorrência anexo, o Requerente foi **vítima de acidente de trânsito no dia 10/10/2018**, lesionando-se gravemente.

Posteriormente ao fatídico acontecimento, o Requerente foi socorrido para um Hospital onde foi realizado o tratamento médico necessário para minorar-lhe os danos suportados. **O Autor sofreu severas lesões advindas do acidente, conforme laudo/prontuário, são elas: trauma de ombro direito, fratura de cotovelo direito, fratura de punho direito.**

Com isso, após conclusão do tratamento médico e a devida alta definitiva, ciente da existência do seguro obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o Requerente encaminhou o pedido administrativo perante a Requerida a fim de receber os valores definidos na aludida lei federal, vigente a época do fato, entretanto, o SINISTRO 3190303203 foi cancelado sob a alegação de que não se justifica a cobertura do Seguro DPVAT por ser a vítima o proprietário do veículo.

**A suposta justificativa da Seguradora não deve ser considerada, pois qualquer vítima de veículo automotor tem direito a receber a indenização do seguro DPVAT.**

Ocorre, que o valor da indenização a ser paga pelo Seguro Obrigatório de veículos é de **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente, conforme determina o inciso II, do artigo 3º, e § 1º do art. 5º, ambos da Lei 6.194 de 1974**, visando a presente ação o recebimento da indenização devida.

**Ressalte-se que o autor sofreu lesões que lhe causaram invalidez permanente, conforme laudo médico anexo.**

Assim, o requerente tem direito a receber o valor correspondente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) ACRESCIDOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DESDE O PAGAMENTO A MENOR.**

### DEMONSTRATIVO DE DÉBITO:

NOME DO BENEFICIÁRIO	<b>FRANCISCO FERREIRA LIRA</b>
DATA DO ACIDENTE	10/10/2018
LEI VIGENTE	LEI 6.174/74
<b>A RECEBER</b>	<b>R\$ 13.500,00</b>

**A memória de cálculo fora elaborada tomando-se como base a data do efetivo pagamento e neste valor não estão incluídos correção monetária e juros legais de 1% ao mês, e tampouco honorários de advocacia.**



Resta por demais demonstrado nos presentes autos a inquestionável invalidez permanente do Autor, motivo pelo qual não houve a escusa do pagamento na via administrativa.

Desta forma, incontroverso a invalidez permanente do Autor, sendo questionado, nesta oportunidade, a ILEGALIDADE cometida quando do pagamento a menor realizado na via administrativa.

Assim, a indenização deve atingir o valor máximo em razão das condições socioeconômicas do autor, de modo que a incapacidade parcial deve ser considerada como total.

## 2. DO DIREITO

### 2.1 SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

O Seguro Obrigatório – DPVAT foi criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, que no art. 20, alínea “b”, determina:

Art. 20 – “Sem prejuízo do disposto em Leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

a) – (...)

b) – responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de vias terrestre, fluvial, lacustre e marítima, de aeronaves e de transportadores em geral; ”

O valor da indenização a ser pago decorrente do Seguro Obrigatório é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme determina a lei.

Dispõe a alínea "b" do art. 3º, da Lei 6.194 de 1974:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

No julgamento da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/TJDF, Processo nº 2004.08.1.00398-2, decisão unânime, Relator Juiz Alfeu Machado, assim expressa o caráter social do seguro obrigatório, demonstra a falta de humanidade provocada pelas seguradoras:

No mais, impede deixar registrado que chega a ser uma crueldade o que fazem as Recorrentes com os infortunados beneficiários do DPVAT. A FENASEG arrecada milhões e milhões de reais para esse fim específico e, na hora de pagar indenização devida (legalmente devida, frise-se), submete, em conluio com as seguradoras, o beneficiário a uma desnecessária “via-crucis”, com imposições de exigências descabidas e ilegais. A crueldade recrudescer ao forçar

# ALFREDO CAVALCANTE

ADVOCACIA

o beneficiário até mesmo ingressar em Juízo para, só aí, ver garantido seu legítimo direito. É lamentável, deveras lamentável! Hoje, o DF-TV, segunda edição, jornal local da Rede Globo, exibiu reportagem detalhando as agruras de quem tem a receber a indenização do seguro DPVAT. É um absurdo. A apresentadora do referido telejornal, Fernanda de Brito, ao final, se perguntou num desabafo: se o seguro é obrigatório o pagamento também não deveria? Ocorre que o problema não se situa obrigatoriamente do pagamento do seguro, que, aliás, é "ope legis". O imbróglio está em que as Seguradoras não se importam com o sofrimento dos outros (...), sendo certo que a indenização devida se reveste de grande ajuda, e tem até o caráter humanitário e social (...). No caso dos autos, a segunda recorrente simplesmente preferiu agir "contra legem", em detrimento da lei, ao negar o pagamento da indenização, em clara violação às Leis nº6.194/74 e 8.441/92. (...) no escólio de Arnaldo Rizzardo: "A finalidade principal do seguro é estabelecer a garantia de uma indenização mínima. O pagamento resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva dos usuários dos veículos pelos danos pessoais que venham a causar, independentemente da apuração da culpa. É pacífica a doutrina nesse sentido, pois a própria lei não dá margem à menor dúvida, como se vê no art. 5º do diploma em vigor: "O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

## 2.2. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RECEBIMENTO

A Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, em seu art. 5º, § 1º, alínea "a" com redação determinada pela Lei 8.441 de 13 de julho de 1992, estabelece a relação de documentos necessários para o recebimento do seguro obrigatório:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento no hospital, ambulatório ou médico assistente e registro de ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais.

**No que tange ao aspecto clínico e à gravidade das sequelas, destaca-se então o grau de debilidade funcional do autor, tendo em vista a as lesões advindas do acidente, conforme laudo/prontuário, são elas: trauma de ombro direito, fratura de cotovelo direito, fratura de punho direito, tornando-se evidente a existência da invalidez permanente do demandante, nos termos da legislação aplicável.**

Tendo em vista todo o exposto, bem como os atestados colacionados à exordial, evidencia-se que o autor faz jus à indenização do Seguro DPVAT, em virtude das sequelas definitivas decorrentes do acidente de trânsito supramencionado.



**Como se pode ver, em momento algum a lei exige o comprovante do pagamento do prêmio do seguro/DPVAT como requisito para o recebimento da indenização securitária.**

O STJ já pacificou entendimento nesse sentido, valendo conferir:

Seguro Obrigatório. DPVAT. Acidente causado por veículo sem seguro. Evento anterior à Lei nº 8.441/92. Irrelevância. Responsabilidade de qualquer seguradora. Precedentes. Recurso Provido. Mesmos nos incidentes ocorridos anteriormente à modificação da Lei nº 6.194/74, pela Lei nº 8.441/92, a falta de pagamento do prêmio de do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização. (Recurso Especial nº337083 –SP – Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, fls.131)

**No caso em tela, é necessário apenas a apresentação do registro da ocorrência no órgão policial e laudo médico competente. (documentos anexos).**

### **2.3. FALTA DE QUITAÇÃO DO PRÊMIO DO SEGURO NÃO É CAUSA PARA NEGATIVA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Por fim, Excelência, há de se ponderar uma última circunstância fático-jurídica que, eventualmente, pode ser levantada pela ré em matéria contestatória. Trata-se da questão referente ao binômio: **DIREITO À INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DO PRÊMIO DO SEGURO.**

A jurisprudência firmou entendimento de que circunstancial falta de pagamento do prêmio não é causa legítima para negativa do pedido indenizatório.

Tal perspectiva encontra-se na Súmula 257 do STJ e em diversos julgados dos tribunais pátrios, conforme se observa no referido enunciado e nas ementas abaixo colacionadas:

**SÚMULA 257 DO STJ** – A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO. IRRELEVÂNCIA. **A falta ou o atraso no pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.** Exegese da Súmula 257, do STJ. INCAPACIDADE PERMANENTE E PARCIAL VALORAÇÃO - LEI 11.945, de 04/06/2009. SÚMULA 474 DO STJ. (TJ-SP - APL: 00011452620128260405 SP 0001145-26.2012.8.26.0405, Relator: Clóvis Castelo, Data de Julgamento: 16/12/2013, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/12/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. DECRETO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DA SEGURADORA. **NEGATIVA LEGÍTIMA POR ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO. REJEIÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.** EXEGESE DO ART. 7º DA LEI N. 6.194/1974. **A falta de**

# ALFREDO CAVALCANTE

ADVOCACIA

**pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização (Súmula 257 do STJ).** CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. REJEIÇÃO. ADEQUAÇÃO DE OFÍCIO DO DIES A QUO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. É pacífico o posicionamento na jurisprudência pátria de que a correção monetária, na ação de cobrança de seguro DPVAT, tem como termo inicial a data da recusa ou do pagamento parcial do benefício (TJSC, Apelação Cível n.2013.075406-2, rel. Des. Jairo Fernandes Gonçalves, j.21.11.2013). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 20140664168 SC 2014.066416-8 (Acórdão), Relator: Edemar Gruber, Data de Julgamento: 09/11/2014, Câmara Especial Regional de Chapecó Julgado)

SEGURO DE VEÍCULO (DPVAT) – COBRANÇA – COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DO PRÊMIO – DESNECESSIDADE. **Desnecessária a juntada do comprovante do pagamento do prêmio para pleitear em Juízo o pagamento do seguro obrigatório (DPVAT), considerando, inclusive, que mesmo em caso de sinistros ocorridos antes da Lei 8.441/92 e da formação do consórcio de seguradoras a indenização deve ser paga por qualquer seguradora independentemente de ter o proprietário do veículo pago o prêmio.** SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO, OCORRIDO EM 07.03.2013 - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INVALIDEZ PERMANENTE - INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DE INCAPACIDADE DO SEGURADO - CORREÇÃO MONETÁRIA - INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO - RECONHECIMENTO. I – Tratando-se de invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, deve ser considerado o grau de incapacidade, para efeito de indenização securitária (DPVAT). Constatada pela perícia médica lesão permanente, cujo grau de incapacidade é de 70%, impõe-se reconhecer que a indenização a ser paga ao autor, vítima de acidente automobilístico, deve corresponder a tal percentual segundo a Tabela da SUSEP. II – Condenada a seguradora/ré ao pagamento do seguro obrigatório, a correção monetária, deve fluir a partir do evento danoso, eis que não é acréscimo, mas mera recomposição do valor. (TJ-SP - APL: 30039510620138260483 SP 3003951-06.2013.8.26.0483, Relator: Paulo Ayrosa, Data de Julgamento: 17/11/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/11/2015) (grifos nossos)

Assim, Nobre Julgador, rechaça-se desde já qualquer questionamento da ré acerca da quitação do prêmio do Seguro DPVAT pelo autor, sendo circunstância irrelevante para a legitimidade do pagamento da indenização ao segurado.

### 3. DO PEDIDO LIMINAR

Aduz o Art. 396, do Código de Processo Civil, o seguinte:

Art. 396 - O juiz pode ordenar que a parte exhiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

Art. 399 - O juiz não admitirá a recusa:

I - se o requerido tiver obrigação legal de exhibir; (..)

III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.



# ALFREDO CAVALCANTE

---

ADVOCACIA

A presente medida se faz claramente necessária ante o caráter eminentemente social do seguro obrigatório, bem como para corroborar os fatos ora apresentados e chegar-se a verdade precisa de quais valores já foram parcialmente recebidos pela Autora.

Além do mais, acaso deferido o presente pedido de liminar, nenhum prejuízo será causado a parte promovida, posto o presente pedido não espelhar decisão meritória, e, portanto, nem em uma interpretação por demais restritiva, não possui caráter de irreversibilidade.

Com isso, **requer inicialmente a parte Autora que Vossa Excelência conceda a liminar acima pleiteada, com o fim de que seja determinado que a parte Requerida apresente cópia integral do processo administrativo que tramitou em favor do Requerente, até a audiência conciliatória a ser designada por este ínclito Juízo, a fim de que se possa verificar os valores já recebidos, bem como os valores que restam para receber, em virtude da possibilidade e amplo acesso pela Requerida ao sistema "MEGA DATA", sob pena de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo em favor do Autor.**

#### 4. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Como demonstrado acima, o requerente não dispõe de condições financeiras para arcar com as despesas judiciais bem como para com os honorários advocatícios. Destarte, com base no art. 133 da CF/1988, art. 85 do CPC/2015 e art. 22 da Lei 8.906/94, requerer a condenação da Seguradora Líder no pagamento dos honorários advocatícios no percentual de 20% sob o valor da condenação.

#### 5. DOS PEDIDOS

PELO EXPOSTO, requer;

1. Seja deferido o benefício da **justiça gratuita** por ser pessoa pobre e não poder arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;
2. A **citação das partes Requeridas** no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
3. O **deferimento da medida liminar acima pleiteada** para que a parte promovida apresente até a audiência conciliatória a ser designada por V. Exa., toda e qualquer documentação acerca do processo administrativo que tramitou em favor do Requerente, sob pena de pagamento de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo em favor do Autor;
4. **A Condenação das rés ao pagamento da diferença entre o valor pago e o valor integral do seguro DPVAT, valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ACRESCIDOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DESDE O PAGAMENTO A MENOR;**

# ALFREDO CAVALCANTE

---

ADVOCACIA

5. Condenação das Requeridas ao **pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação;**
6. A **produção de provas** por todos os meios em direito admitidas, em especial, a documental, bem como sua juntada posterior, e a oitiva das testemunhas adiante arroladas;
7. Condenação de **honorários sucumbenciais;**

Dá-se à causa o valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses termos,

Pede deferimento.

Sobral/CE, 18 de dezembro de 2019.

---

**ÁLVARO ALFREDO CAVALCANTE NETO**  
OAB/CE 24.880

---

ANA **KELVIA CAPISTRANO**  
Acadêmica de Direito